

**NOTA DO COMITÊ GÊNERO E SEXUALIDADE DA ABA EM DEFESA DA RESOLUÇÃO
01/1999 DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA**

A Associação Brasileira de Antropologia, por meio do seu Comitê Gênero e Sexualidade, manifesta seu apoio à resolução 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual, vedando explicitamente a participação desses profissionais em eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

É motivo de preocupação a decisão do juiz federal da 14ª Vara do Distrito Federal, Waldemar Cláudio de Carvalho, que em 15 de setembro de 2017 concedeu liminar que abre possibilidade para o uso das chamadas terapias de reversão sexual no Brasil, desrespeitando a resolução do CFP e atuando na contramão de décadas de debate público envolvendo movimentos sociais, associações profissionais e comunidade científica.

A decisão judicial que permite as chamadas terapias de reversão sexual não apenas se contrapõe ao acúmulo produzido por décadas de debate científico a respeito do tema, mas também se constitui como uma afronta aos princípios de direitos humanos, particularmente no que refere aos direitos sexuais. É, ainda, um desrespeito aos parâmetros éticos estabelecidos pela Resolução 01/1999 do CFP, que condena a atuação profissional com base no preconceito e discriminação, e à própria atuação das instâncias legais de regulamentação do exercício profissional de psicólogos no nosso país.

Consideramos um agravante o fato de que essa decisão ocorre no contexto atual de questionamento de direitos assegurados na esfera jurídica e legislativa e de desmonte de políticas públicas e de mecanismos de controle social conquistados a duras penas.

Na década passada, dados coletados em pesquisas realizadas em Paradas LGBT em várias cidades do país indicavam que aproximadamente 2/3 de LGBT entrevistadas/os já haviam sofrido ao menos uma situação de discriminação ou de violência diretamente relacionada à sua orientação sexual ou identidade de gênero ao longo da vida. Um percentual que se elevava a mais de 90% quando considerados exclusivamente.

Segundo o Disque Direitos Humanos de 2013, a cada dia daquele ano 5,22 pessoas foram vítimas de violência homo/transfóbica no país, quando considerados exclusivamente travestis e transexuais.

Dados recentes compilados pelo movimento social (Grupo Gay da Bahia e colaboradores) a partir da divulgação de violência letal na mídia, indicam um cenário muito preocupante: 343 mortes de pessoas LGBT no ano de 2016 no Brasil - uma morte a cada 25 horas.

A ABA e os/as antropólogos/as têm desempenhado papel histórico na produção científica sobre violência contra LGBT, afirmando nosso compromisso com a defesa dos direitos fundamentais relacionados a gênero e a sexualidade. Temos assistido a recorrentes ataques à produção científica no campo dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil, que promovem uma confusão proposital entre produção de conhecimento e “ideologia”. Dos consultórios às escolas e universidades, mais uma vez é preciso afirmar o direito de LGBT a uma existência livre de preconceito, discriminação e violência.

Associação Brasileira de Antropologia - ABA e seu Comitê Gênero e Sexualidade

Brasília, 22 de setembro de 2017.